

## **FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS ILHAS EM BELÉM: A RELAÇÃO CULTURA E NATUREZA<sup>1</sup>**

João Marcelo Barbosa Dergan - UFPA

*“Os arredores de Belém são excelentes opções de lazer, além de boa fonte de conhecimento sobre a região. No roteiro turístico podem estar as Ilhas do Combu, Cotijuba, Acará, entre outras”. (Revista Pará Onde, 2000: 71)<sup>2</sup>. “A ilha de Cotijuba fica localizada a cerca de uma hora do Centro de Belém. Empresas especializadas fazem passeio a Ilha” (Revista Amazônia, 1999: 58)<sup>3</sup>.*

Os leitores das revistas atuais citadas acima podem ter idéia da valorização do espaço das Ilhas e interiores do Estado do Pará, ocorridos principalmente a partir da década de 90, como forma de lazer e turismo. Mas, as representações sociais sobre essas áreas guardam particularidades sobre a forma de seus usos e intervenções.

Consideramos neste trabalho a intervenção pelo Governador Magalhães Barata, em sua administração de 1930-1934, na Ilha de Cotijuba, com a construção da casa de correção do menor e presídio, ressaltando as representações sobre os espaços das Ilhas de Belém, relacionando-as com as representações de civilidade e natureza presentes desde a urbanização da cidade em época anterior, como a Belle Epoque. Estas representações têm relação com a visão de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, dada sua viagem em 1904-05.

O trabalho é uma espécie de estudo exploratório que faz parte da pesquisa em andamento sobre o processo histórico de formação e ocupação das Ilhas de Belém e as resignificações sobre natureza que seus moradores compreendem, com a entrada de símbolos da modernidade, como energia, turismo, principalmente a partir da década de 90 do século XX, particularmente Combu e Cotijuba, para o Curso de Mestrado em História Social da Amazônia da UFPA.

Faremos considerações, portanto, que não devem ser consideradas fechadas em si, mas como possibilidades e especulações. Porém, não devemos deixar de considerarmos o rigor teórico e metodológico, bem como a coerência da construção da narrativa, pois *‘rigor, não significa rigidez, e mesmo trabalhos inacabados, não podem ser mera ficção ou fantasia surrealista’* (BOURDIEU, 2002)<sup>4</sup>. Resta-nos então, abrir mão das nossas certezas positivistas e tentar mergulhar na percepção sensível sobre o imaginário construído das Ilhas de Belém.

#### 1- A COLÔNIA EM COTIJUBA E AS REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA:

*“A ilha de Cotijuba, futura colônia correccional de delinquentes, recebeu ontem a visita do major Magalhães Barata, interventor federal do Estado, autoridades civis e militares da união, Estado e Município e os representantes da imprensa diária, que foram ali assistir a inauguração do início da construção de obras e o baptismo da embarcação ‘soldado Epiphanio’ para o serviço da colônia”* (Jornal O Imparcial, 07/01/1933). *“(…) Foi recolhido preso hoje o menor Aurino Alves de Lima, paraense, que perambulava sem ocupação. Aurino vai para a Escola Reformatória de Cotijuba, afim de não ingressar tão novo na escola do crime”* (Jornal O Imparcial, 09/06/1936). *“Para a Colôna Agrícola de Cotijuba devem seguir os seguintes menores, que andavam pelas nossas ruas sem destino certo: Manoel Demetro, Waldemar Lemos, Raymundo da Silva”* (Jornal O Imparcial, 15/07/1936)<sup>5</sup>.

Essas eram as notícias que circulavam em Belém, na década de 30, sobre Cotijuba, vista como espaço de correção e prisão de menores. Os jornais dão a idéia de que estes menores poderiam ser profissionalizados, para servir a sociedade, uma vez que a urbes civilizada não é local de desocupados. A imprensa da época divulgava, então o bom funcionamento da casa de correção, prestando bons serviços a sociedade civilizada, retirando do espaço urbano os civitas que não estiverem preparados e não tivessem o comportamento adequado a esta civilização.

A Colônia Reformatória de Cotijuba, segundo informações locais e documentais<sup>6</sup>, foi criada e construída no período de intervenção do Major Magalhães Barata, que se estendeu de 1930 a 1934, quando interventor indicado por Getúlio Vargas. Foi fundada em 24 de

outubro de 1933, destinada aos *“pequenos abandonados, pequenos delinqüentes, degenerados por índole ou infelicidade que vão parar às vezes nos postos policiais”* (COIMBRA, 1945: 471)<sup>7</sup>. Relatos orais informam, porém que o início da colônia correccional funcionou bem, mas *“depois os governantes da época transformaram a colônia em verdadeiro depósito de presos”*<sup>8</sup>.

Entre as ruínas do prédio na qual funcionou a colônia correccional e as ruínas da memória, há muito que se dizer, pois isto nos mostra que naquele período não foram consideradas as pessoas que já habitavam a ilha. Era como se a mesma não tivesse história, era apenas a ilha da colônia correccional de menores.

*“Mas Graças a Deus, depois foi afastado tudo e acabou. Aí Cotijuba começou a evoluir, melhorar né. Deixou de ser a ‘ilha do diabo’ e agora tem coisa boa né, ta virando a ‘ilha do paraíso’”*<sup>9</sup>. Consideramos as falas desses sujeitos importantes por possuir os cenários gravados na memória, pois *“através da memória os relatos orais criam uma espécie de cartografia mental, na qual o espaço e o tempo fornecem os marcadores significativos e as qualidades ideais são situadas simbolicamente”* (SAMUEL, 1997: 43)<sup>10</sup>.

Ressaltamos a importância de estudar a história social da Amazônia não somente através dos ciclos, mas o contrário, tentando compreender a complexa troca de experiências e vivências mesmo após estes ciclos ou entre ciclos. A população local vivia do plantio da mandioca, para fabricação do beiju e farinha, para subsistência, e também roça e horta, mas *“não tinha capital pra movimenta como o japonês tinha”*. No período de funcionamento da Colônia Reformatória, Cotijuba recebeu famílias de japoneses que, com o apoio do interventor estadual, incentivariam a cultura agrícola, pelo menos uma vez por semana, aos menores, para ‘corrigí-los’ pelo trabalho.

*“Os japoneses produziam muita quantidade de verduras, tinha dois ou três barcos que iam vender em outros locais, até Belém, Abaeté, era muita verdura porque eles tinham empregados, uns 15”*. *“Nós fazemo esses plantios hoje também, temo legumes, verduras (...) fruta nós sempre tivemos”*<sup>11</sup>.

Percebemos que há uma espécie de reordenação social dos grupos sociais pré-existentes, de migrantes que ficaram e desenvolveram formas de adaptação ao meio, nas quais o intercâmbio cultural esteve presente. Os espaços das Ilhas serviam de refúgio, de local para abrigar os excluídos e marginalizados, local natural para gente incivilizada, considerada de má índole e má formação.

Em trabalho de pesquisa realizado para a exposição “Belém dos Imigrantes-História e Memória” por FIGUEIREDO (2004), quando trata dos alemães no Pará nos informa que *“no final da década de 1930, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a sombra de Hitler e a marca do Nazismo cobriram o Ocidente. Os alemães do Pará passariam por constrangimentos de toda ordem. Das casas apedrejadas em Belém até o confinamento com japoneses em Tomé-Açu e no Acará”* (FIGUEIREDO, 2004)<sup>12</sup>.

A construção dessa Instituição no espaço da Ilha de Cotijuba não faz parte somente de um problema penitenciário isolado, que mesmo tendo especificidades importantes a serem estudadas<sup>13</sup>, consideramos aqui como parte dos valores da modernidade, que relaciona natureza e civilização, natureza e cultura, de forma contraditória, mas também recíproca.

Assim, em mensagem de governo de 1907, temos *“o systema actual traz dois grandes inconvenientes: a) o transporte de presos por grandes distâncias, apresentando ao público o espetáculo sempre desagradável da condução dos detidos.(...) Assim penso que, reservando-se a área principal da cidade à acção da repartição central da policia, e sem que esta perca a jurisdição sobre toda a cidade, deve-se nas zonas afastadas crear subprefeituras, com estações e guardas para recolher os presos das ditas cricumscricções. (...)Estou construindo bons postos policiaes em Igarapé-Assú e Pinheiro”*. (Mensagem de Governo, 1907)<sup>14</sup>.

As principais avenidas criadas na cidade de Belém no final do XIX e início do XX, aos moldes de sua congênere banhada pelo Sena, deveriam passear e desfilarem ares de elegância, beleza e civilidade, considerado inconveniente presos e indulgentes circularem na moderna Paris n’America. Os espaços da cultura não podiam ser embriagados,

envenenados e cenas degradantes deviam ser escondidas e levadas para lugares distantes, onde não há cultura, só natureza a ser explorada e habitada.

*“O cenário central da cidade foi transformado em espaço elegante e chique, por onde deveria desfilar a burguesia exibindo seu poder, luxo e riqueza. O resultado dessa modelação da cidade é a elitização do espaço urbano com a erradicação dos setores populares para as áreas mais distantes do centro”.* (SARGES, 2002: 186).

Neste processo de modernização da cidade de Belém no final do século XIX e início do XX<sup>15</sup>, criou-se mecanismos de controle de hábitos da população e desodorização da cidade, para sanear a mesma, com medidas profiláticas e também estéticas. A construção de penitenciárias visando o afastamento dos incivilizados e criminosos do local urbano da cultura, era uma questão não apenas moral ou social, mas considerada de saúde pública. A ciência diz, classifica, e regulamenta as regras do natural e cultural, sendo que o natural não dominado pelo cultural pode virar proliferação de epidemias, maus hábitos e inconvenientes a urbes civilizada.

*“Na falta de cadeia pública pelo interior da província, resultão graves inconvenientes, como a impossibilidade de uma boa classificação no estado geral sanitário. (...) Concluindo, ofereço a vossa apreciação, afim de tomeis na consideração que merecer, suggerida por este digno magistrado sobre a criação de uma penitenciária e um necrotério. (...) Tomo a liberdade de lembrar a necessidade de crear uma penitenciária pelo interior, em zona distante (...) A existência de um necrotério é de primeira necessidade.”* (Relatório de Governo, 1889)<sup>16</sup>.

A modernização, que radicaliza a separação entre natureza e cultura, ou natureza e civilização, que se relacionam contraditoriamente e reciprocamente, não obedece a uma lógica linear e com um único viés, pois ao mesmo tempo em que se tenta excluir os marginalizados para os espaços da natureza, como a Ilha de Cotijuba ou os interiores do estado, a elite aproxima-se da natureza, tentando domesticá-la, para seu prazer organizado, como as construções de casas de veraneio em Icoaraci desde o final do XIX e em Mosqueiro, que passou a figurar como município de Belém em 1904, mas ainda assim

sendo considerados espaços inferiores para moradia efetiva “*as subprefeituras de Mosqueiro e Pinheiro, pela sua situação de verdadeiros subúrbios da capital*” (mensagem de governo, 1907).

Keith THOMAS (1988)<sup>17</sup>, em brilhante estudo sobre os ingleses no período de 1500 a 1800, trata das mudanças de atitudes destes diante da natureza e sua domesticação e tipos de valorização advindas com o comportamento moderno. Natureza e cultura, dessa forma, se opõe e se complementam, pois a domesticação da natureza é uma possibilidade modernizadora, mas natureza bruta, sem o alcance da ciência, não possui história, gente, ou valor, como nos lembra Euclides da Cunha sobre a Amazônia, é a última página do gênese, ainda vai ser escrita.

## 2- A VISÃO DE EUCLIDES DA CUNHA SOBRE A AMAZÔNIA:

Euclides da Cunha esteve em terras amazônicas, oficialmente pelo governo brasileiro, que em 9 de agosto de 1904, o nomeou chefe da Comissão do Alto Purus para fixar as fronteiras com o Peru.

A expedição durou um ano – de dezembro de 1904 a dezembro de 1905. Consultou antes da viagem relatos de viajantes, relatórios administrativos, mapas das expedições anteriores. Leu Humboldt, Spix e Martius, Luiz Agassiz, Bates, Chandless (leu o relatório da expedição realizada pelo inglês William Chandless em 1861).

Com uma narrativa impessoal, mas apresentando significativos sentidos de dubiedade e ambivalência sobre a natureza, escreveu sobre a Amazônia e sua experiência de Viagem, que foi publicada em 1909, após sua morte, com o título *À Margem da História*, juntamente com artigos que escreveu para jornais e outros trabalhos.

Sobre os rios, suas águas e as terras amazônicas, Euclides da Cunha narra que “*tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta*”(CUNHA, 2000:123)<sup>18</sup>. “*As Ilhas formam para se destruírem, ou deslocarem-se incessantemente. As ilhas trabalhadas pelas mesmas correntes que as geraram...*” (Ibdem: p.122). “*A inconstância tulmutuária do rio*” (Ibdem: p.123). “*De fato, o que sobremaneira impressiona é o espetáculo da terra*

*profundamente trabalhada pelo indefinido e incomensurável esforço dos formadores do rio”. (...) “dos efeitos da dinâmica poderosa das águas” (Ibdem: p.135).*

Percebe-se, portanto que na tentativa da escrita impessoal, entrelaça imaginação e razão sobre a Amazônia. Quanto ao Homem e a natureza, novamente aparece a ambigüidade do Homem produto de seu meio, mas também uma espécie de ‘homúnculo’, que apagado diante da grandeza da natureza, faz dela sua prisão e com isso sua característica admirável e maior vitória, pois viver minuscilmente diante da grandiosa ação da natureza é um grande feito.

*“Aquele natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem” (Ibdem: p. 125). “Compreende-se sem dúvida a vida vegetativa sem riscos e folgada”(Ibdem: p. 125). “Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril” (Ibdem: p.126). “Porque os Homens que ali mourejam- o cauchero peruano com suas tanganas rijas, (...) o nosso seringueiro, com os varejões que lhes impulsionam as ubás, ou o regatão de todas as pátrias que por ali mercadeja nas ronceiras alvarengas arrastadas à sirga- nunca intervém para melhorar a sua única e magnífica estrada, passam e repassam nas paragens perigosas, esbarram mil vezes a canoa num tronco caído há dez anos junto à beira de um canal” (Ibdem: p.141). “E os homens são admiráveis- vimo-los de perto; conversamo-los” (Ibdem: p.155). “A beleza moral das almas varonis que derrotam o deserto” (Ibdem: p.155). “Aqueles caboclos rijos não são efeitos do meio; surgem a despeito do meio; triunfam num final de luta, em que sucumbiram, em maior número, os que se não aparelhavam dos mesmos requisitos de robustez, energia e abstinência” (Ibdem: p.156). “Realmente, o cauchero não é apenas um tipo inédito na história. É, sobretudo, antinômico e paradoxal (...). É um caso de mimetismo psíquico de homem e bárbaro para vencer a barbárie. É Caballero e selvagem” (Ibdem: p.167). “É o homúnculo da civilização” (Ibdem: p.168).*

De acordo com a própria percepção euclidiana, o pequeno Homem quase invisível diante da grandeza amazônica, sugere a ação destruidora do tempo da história, da fuga do tempo da história, ou melhor, da terra sem história. Considerado por alguns autores como

um romântico e também realista<sup>19</sup>, com uma escrita que representa o seu tempo, a visão euclidiana enaltece a possibilidade da civilização dominar a natureza, fazer dela seu aliado e não sua ameaça. É assim que percebe a Amazônia, natureza que pode ser adequada a grandeza civilizatória, ao Homem. Terra que deve ser escrita e assim ter história.

### 3- CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Com visão realista-romântica, Euclides da Cunha denunciou, em tom de protesto, a exploração dos seringueiros, ou caucheiros, nas relações de trabalho em meio amazônico, no início do século XX, meio este cheio de florestas e rios que encobriam o Homem, que ainda viria a existir e ter importância diante do polvo de matas e águas que não o deixavam ser civilizados. As intervenções nas ilhas, neste caso Cotijuba, considera esta como espaço vazio, na qual o Homem, os ‘marginalizados’, iriam ocupar estes locais. Desta forma, em ambas as situações, contextos, visões e concepções, a Amazônia não têm história e as Ilhas não têm memória.

Há a necessidade de compreender a Amazônia como construção social, percebendo a mesma, “(...) onde Euclides da Cunha afirmava não existir a história, as vivências de homens e mulheres que, desde quatro século atrás ou mais, estavam longe de ter vivido uma ‘agitação tulmutuária e estéril’ em suas plagas” (NETO, GUZMAN, 2002)<sup>20</sup>, de desnaturalizando a idéia de cultura como erudito, urbano e civilizado, aos moldes da sociedade industrial, capitalista ou européia, reconhecendo, no entanto, a importância das leituras realizadas sobre a Amazônia em seus vários contextos, incluindo a obra euclidiana.

---

<sup>1</sup> UFPA- e-mail: mdergan@ufpa.br

<sup>2</sup> PERIÓDICOS. *Revista Pará Onde*, Edição 3, Ano 1, Junho, 2000.

<sup>3</sup> PERIÓDICOS. *Revista Amazônia- Roteiro Turístico*, Editora nº13, Janeiro/ Março, 1999

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>5</sup> PERIÓDICOS. *Jornal O Imparcial*, de 07/01/1933, de 09/06/1936, de15/07/1936. Biblioteca Pública Arthur Viana- CENTUR, Belém-Pa.

<sup>6</sup> Fontes orais e Relatório de Pesquisa realizada na área “Transformações Recentes na Base produtiva da Ilha de Cotijuba”-UNAMA, 2002.

<sup>7</sup> COIMBRA, Cunha. *Magalhães Barata e o Pará*, 1ª Edição, Volume1, RJ, 1945.

<sup>8</sup> Entrevista com Teodorico Rodrigues, realizada em 1991, Relatório de Pesquisa citado.

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 03/01/2005.

<sup>10</sup> SAMUEL, Rafael. *Teatros da Memória* in: Projeto História nº 14, PUC/SP, 1997.

<sup>11</sup> Entrevista realizada em Cotijuba, 04/01/2005, com ex -representante policial da Ilha.

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *Belém dos Imigrantes- História e Memória*, 2004.

<sup>13</sup> Como por exemplo ANTUNES, M. Penas e Sistemas Repressivos. 1925.

<sup>14</sup> MENSAGENS de Governo 1907. Arquivo Público do Pará.

<sup>15</sup> Consultar SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 2002.



<sup>16</sup> RELATÓRIO DE GOVERNO, 1889. Arquivo Público do Pará.

<sup>17</sup> THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>18</sup> CUNHA, Euclides da (1886-1909). *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos*. Hilton Rocha (Coord.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

<sup>19</sup> Verificar: VENTURA, Roberto. Retrato Interrompido da vida de Euclides da Cunha, Mauro Carvalho e José de Santana (orgs), 2003; e também GALVÃO, Walnice (org). Euclides da Cunha-História. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1984.

<sup>20</sup> NETO, José Maia e GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs). *Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.